

ATA N° 4/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

30 DE JUNHO DE 2025

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Presidente da Mesa:** José Manuel Paulo Trincão Marques (**PS**);
- **1ª Secretária:** Maria da Luz Marques Lopes (**PS**);
- **2ª Secretária:** Maria do Rosário Marques Luís (**PS**);
- **Partido Socialista (PS):** Francisco Fernandes Dinis, Soraia Raquel Penedo Vieira, Armando José Gonçalves Mendes Santos Rodrigues, Maria Filomena Lopes Sacramento, Maria Cristina Mendes Carvalho;
- **Coligação “Afirmar Torres Novas” (PPD/PSD - CDS/PP):** André Gonçalo Ferreira Valentim, Nuno Manuel Duarte da Cruz Caroço, Susana Isabel da Costa Braz, Luís Miguel Gonçalves Paulo;
- **Movimento P’la Nossa Terra (MPNT):** José Manuel Pereira Santos, Carlos Renato Gonçalves Marçal, Ana Mafalda Gigante Baptista, Luzia Marta Tavares Serigado;
- **Bloco de Esquerda (BE):** Rui Augusto Reis Alves Vieira, Luís Miguel Henriques Fanha;
- **CDU-Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV):** Ana Cristina dos Santos Banito Lopes Tomé;
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** Leonel Seguro dos Santos (Freguesia de Assentis), Alfredo Manuel da Costa Antunes (Freguesia de Chancelaria), Manuel José Guerra Couteiro (Freguesia de Meia Via), Paulo Alexandre Ganhão Simões (Freguesia de Pedrógão), António Júlio Pereira Jorge (Freguesia de Riachos); Ana Patrícia Lourenço Batista (Secretária - União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel), José Serras Rito (Tesoureiro - União das Freguesias de Olaia e Paço), Carla Margarida Gonçalves Manta Luís Serôdio Santos (Tesoureira - União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Júlio Manuel dos Reis Clérigo (União das Freguesias de Torres Novas – São Pedro, Lapas e Ribeira Branca) e João Carlos Cassis dos Santos (Freguesia de Zibreira). -----

Foram apresentadas as devidas justificações de falta e solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: Francisco Sarmento (PSD/CDS); Roberto Barata (BE); Manuel Júnior (Presidente da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel); Pedro Morte (Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago); Rui Nunes (Presidente da União das Freguesias de Olaia e Paço). -----

Estiveram presentes os Srs. Presidente da Câmara e os Vereadores Luis Silva, João Trindade, Elvira Sequeira, Carla Correia. -----

Presidente da Mesa: “Boa noite a todos. Vamos começar esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, não há publico inscrito e, portanto, vamos começar com o Período de Antes da Ordem do Dia.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “Vou trazer aqui alguns pontos que, enfim, considero que devem ser levados à consideração da Assembleia.

Primeiro, só uma observação que podendo não parecer muito relevante, dou-lhe alguma relevância, a ata nº 1/2005 da Assembleia Municipal não está disponível no site do município. Podem-me dizer: “mas o que é que isso tem a ver com a felicidade da nação”? Bem, há aviões que podem cair por causa de um parafuso mal apertado, portanto, quando as coisas pequenas não funcionam, as grandes nunca irão funcionar muito bem.

Outro assunto de grande relevância e que já aqui falamos mais do que uma vez, tem a ver com a escola secundária Artur Gonçalves, é um desastre que está a acontecer todos os dias naquela instituição de ensino e será, certamente, um tema que não vai sair tão depressa da agenda política.

A infraestrutura está cada vez mais decadente, janelas que não fecham, tacos que se levantam do chão, frio no inverno, demasiado calor no verão. Ao que parece, o contrato com a empresa de desratização não terá sido renovado e a empresa já levantou as

armadilhas para os ratos ali existentes, mas não se aflijam porque os ratos estão a ser agora substituídos por baratas, há também uma infestação de baratas naquela escola.

A canalização que foi substituída, já há alguns anos, é canalização exterior, no verão não se aguenta, aquilo não levou proteção nenhuma e a água aquece tanto que literalmente não se aguenta, é quase impossível lavar as mãos. Portanto, que não haja dúvidas nenhuma que esta será uma das batatas mais quentes do próximo executivo municipal.

Dizer algumas palavras sobre o Bairro Digital, nós estamos perante uma revolução digital, assim dizem os nossos governantes, perante um projeto de 600.000€, mas logo aqui ao lado temos a triste imagem do Bairro de São Pedro que nunca mais anda, já é para andar há muito tempo, mas não anda. A rua da Amendoeira é logo ali ao lado e que, aliás, já foi objeto de uma recomendação aprovada nesta Assembleia, mas sem resolução à vista.

Temos as pontes do rio Almonda que se vão deteriorando, estão abandonadas. Os próprios jardins da avenida marginal e as pontes que já foram também objeto de uma recomendação do Bloco de Esquerda, aprovada nesta Assembleia, mas terá ficado guardada na gaveta.

Ficamos com a sensação de que as prioridades da gestão urbana andam um pouco invertidas.

Por isso, deixar aqui um desafio para o próximo executivo municipal, seja ele qual for, é que daqui a um ano tenham a coragem para avaliar os resultados deste investimento no comércio local, não se pode investir 600.000€ no chamado Bairro Digital, para dar força ao comércio local e vida no centro histórico e, depois, assobiar para o lado e não se avaliar o resultado desse investimento.

É inevitável fazer aqui outra observação acerca da atribuição de Medalhas Honoríficas, recentemente atribuídas pela Câmara Municipal. Existe um Regulamento para a Atribuição dos Galardões Honoríficos, é um regulamento de 1990, sofreu alterações em 1996, mas sinceramente não encontrei na página do município essas alterações.

O regulamento que está em vigor não terá sido respeitado pela maioria socialista no que diz respeito ao artigo 6º, prevê que as propostas devem ser acompanhadas por um documento fundamentado e justificativo, por parte do proponente e, também no seu artigo 7º, prevê que haja uma discussão prévia para suscitar o consenso entre todos os membros do executivo municipal, o que também faz todo o sentido. Mas nada disto aconteceu, nem as propostas foram fundamentadas, nem existiu uma discussão prévia para gerar consensos.

Esta é certamente uma situação, para além de ser pautada por alguma ilegalidade por parte da Câmara, pode também ser constrangedora para os homenageados que, certamente, terão méritos merecedores da homenagem. Nesse sentido, creio que o município está a prestar um mau serviço à nossa memória coletiva ao retirar dignidade ao processo.

Se me permitem, lanço aqui um desafio aos representantes do PS nesta Assembleia para justificar, que alguém diga alguma coisa em defesa da decisão tomada na Câmara Municipal, que me parece que é justificar aquilo que não tem justificação.”

Presidente da Mesa: “Agradecer ao Rui Alves Vieira, a chamada de atenção da questão da ata nº1/2025, que é a última ata que temos para publicar, mas tem uma justificação. O site do município foi atualizado há poucos meses, não fui visto nem achado nessa questão técnica, verifiquei, por exemplo, que há pouco tempo estavam lá todas as atas desde 2018 ou 2016, que acho útil, neste momento, só estão desde 2020.

Essa ata nº1/2025, penso que será de fevereiro de 2025, foi aprovada em finais de abril, os serviços ainda não a colocaram, mas vou pedir para colocar na sequência da remodelação do site, como estava antes acho que era melhor, e colocar também não só essa como a de hoje que vamos aprovar, é normal serem colocadas e não foram. Como dos anos anteriores, desde 2018, acho que é útil, estive à procura de uma deliberação e não encontrei, 2018 não é assim há tanto tempo. Sendo certo, é preciso que as pessoas saibam, existe um canal digital alternativo para se conseguir acompanhar, é através do Youtube. No Youtube estão colocadas todas as reuniões, por acaso estive a ver, estive a ver que estão colocadas desde que começamos as transmissões em 2018.

Esta de 2025 é muito recente, os serviços não a colocaram ainda, mas vou solicitar para colocarem, mas agradeço a chamada de atenção.”

Presidente da Junta de Freguesia de Riachos: “O assunto que me traz aqui hoje é um assunto resultante das obras das acessibilidades à zona industrial de Riachos, concretamente, a situação em que se encontra a rotunda do Sr. Jesus dos Lavradores, completamente danificada, relva seca, há dois anos que está assim.

No ano passado ninguém notou, porque a obra ainda decorria, já há alguns meses que o empreiteiro saiu da obra. Por muita pressão que eu fiz, desde o momento em que tiraram o lencil antigo e colocaram o novo, todo o sistema de rega foi danificado, os aspersores, ramais.

Desde dessa altura que tenho andado a fazer pressão junto da IP e da Pragosa, empresa construtora, e cada um empurra com a barriga, a IP empurra para a Pragosa, a Pragosa empurra para a IP.

O facto é que, sucedeu na semana passada, aquilo que era esperado, uma publicação numa página de Riachos em que os comentários são muitos e com razão porque, de facto, foi um mau trabalho, um trabalho que não foi concluído e, portanto, surgiram comentários, tive que fazer um esclarecimento na página da Junta a dizer o que é que se passava.

Depois, voltei a contactar a IP, os engenheiros responsáveis da obra e também os engenheiros responsáveis da Pragosa, mandei novamente o e-mail para a IP com conhecimento à Câmara, ao Sr. Presidente da Câmara, aos técnicos do DIT e ao vereador responsável do pelouro e não obtive, ainda, resposta nenhuma da parte da IP.

Portanto, o que a Junta pretende é que a Câmara Municipal nos ajude ou que faça uma intervenção no sentido de ajudar a resolver o problema. A rotunda não é nossa, é da IP, temos delegação de competências para a manutenção. por parte do município, o facto é que estamos a pagar ao prestador de serviços todos os meses para cuidar da rotunda, para cuidar de erva seca, já não é relva.

Era esse o meu apelo, para além de outras deficiências que ficaram na obra, essa é a principal, as outras continuo a lutar para que sejam resolvidas, por exemplo, a questão das placas de toponímia que foram retiradas e não foram colocadas; o murete de segurança no aqueduto, na interseção da rua 1º de Janeiro com a Avenida do Sr. Jesus dos Lavradores, etc., são muitas as deficiências que ficaram por resolver.

No fundo, era isso que pretendia do Sr. Presidente da Câmara, que me ajudasse a resolver estes problemas porque, de facto, não seria a Junta de Freguesia a resolver, mas resolvi muitos durante a obra, ajudei a resolver alguns problemas e, inclusivamente, alterações ao projeto, mas este não consigo, era isso que agradecia Sr. Presidente.”

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Sr. Presidente Dr. Pedro Ferreira, no dia 6 de junho enviei-lhe um e-mail com assuntos que queria abordar na próxima sessão da Câmara, possivelmente, o Sr. já tem conhecimento e vou agora colocá-los, já terá alguma resposta para alguns deles, se as tiver já evito de intervir na próxima quarta-feira, na sessão da Câmara.

Das situações que lhe tinha pedido que ia abordar, é o caso da saúde na minha freguesia, tenho que perguntar ao Sr. Presidente se não se sente incomodado com a situação na

minha freguesia, relativamente à saúde. O Sr. sabe que há uma série de meses que não há médica em Casais de Igreja, Fungalvaz acabou, Assentis é teleconsulta e nem é sempre. Pergunto se o Sr. Presidente não se sente incomodado com a inércia daquela gente, gostava de saber dessa situação.

Outra situação que gostava de saber, tenho visto que o Sr. Presidente já assinou uma série de contratos para as obras das pavimentações no nosso concelho, queria saber se a freguesia de Assentis, com as duas ruas que estavam em ata, inscritas para serem feitas, gostava de saber se vão ser mesmo pavimentadas ou se serão para esquecer.

Já falei mais que uma vez e hoje é a última vez que vou falar no assunto, relativamente ao orçamento participativo. Tanto quanto sei, o único orçamento participativo que não foi feito é um na minha freguesia, todos foram feitos menos o meu, gostava de saber se também é um assunto para esquecer.

Falei na altura, quando foi a questão do Covid, pedi na Câmara para que as coletividades fossem isentas do IMI, responderam que não podia ser porque era contra a Lei, uma série de situações. Há uns meses atrás, um Sr. Vereador disse na comunicação que as coletividades já não vão pagar IMI, mas as da minha freguesia este ano pagaram novamente, acho que houve qualquer desaguisado, qualquer coisa menos bem preparada e as coletividades da minha freguesia pagaram IMI. Ou é mesmo para continuar a pagar ou, então, quando o anúncio veio a público foi mal feito.

Ontem, foi comemorado o dia da Freguesia em Assentis, onde estiveram algumas pessoas presentes, público muito, de facto, tinha dado um convite para o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. respondeu que possivelmente não iria porque tinha outro ao lado. Mas, esteve a menos de meio quilometro distanciado da minha Freguesia, não foi lá porque, possivelmente, alguém o ia incomodar com a situação da Freguesia que, ultimamente, tem-se agudizado.”

Luís Miguel Fanha: “Não queremos deixar passar esta Assembleia sem chamar a vossa atenção, se ela não estiver ainda suficientemente esclarecida, acerca da situação internacional que vivemos, muito particularmente, a Faixa de Gaza na Palestina.

Particularmente, não vivi o horror da mortandade que foi a Segunda Guerra Mundial e, muito especialmente, o Holocausto vivido pelos judeus, aliás, ninguém aqui passou por ele, no entanto, chegam-nos relatos e imagens que até hoje têm feito com que se designe o acontecimento como Holocausto.

Uma raça, como se designava a nação ariana, a perfeição que se considerava superior, física, intelectual e moralmente, penso que não adianta caracterizar mais a barbárie.

Ora, não deixa de ser tristemente irónico que esteja, agora, a ser levada a cabo uma verdadeira limpeza étnica, quanto a nós, perfeitamente comparável ao atrás referido Holocausto.

Nunca se tinha assistido a uma destruição desta envergadura, não ficará pedra sobre pedra no território palestiniano. Não sendo suficientemente a destruição física do território, é agora usada uma estratégia pelas forças militares, levada a cabo por uma fundação americana e israelita, que atrai os deslocados aos pontos de distribuição de alimentos e aproveita a aglomeração para matar indiscriminadamente. Nunca se tinha assistido a tamanha insensibilidade humana, diria que se poderá perfeitamente comparar ao Holocausto nazi, que há mais de 80 anos assistimos.

Atente-se que o que está em causa não é o povo judeu nem a nação israelita, aquilo que nos parece difícil de justificar, é esse mesmo povo permitir que um governo seja liderado por uma pessoa sobre quem pende um mandato de captura internacional. A explicação, calculamos, estará no tamanho das costas do “tio Sam”, conhecido como Donald Trump. Nós, portugueses, não podemos compactuar com isto, o Governo Português nosso representante, tem de reconhecer o Estado da Palestina para que este povo possa, finalmente, ter um território e construir um país para os seus habitantes.

Sr. Presidente, mudando de assunto, o tempo passa e não se vê luz ao fundo do túnel, os resíduos na ETAR e nas lagoas da ex-Fabrioleo continuam lá. Do governo não há notícias, não há decisões, onde para a tão apregoada colaboração?

Os problemas ambientais em Portugal são um calvário para as populações e aos infratores pouco ou nada lhes acontece, atente-se no que se passa em Setúbal, nós conhecemos bem como se processa a poluição e a impunidade, tudo começou no Carreiro da Areia.

Tente-se encontrar uma solução, é urgente, para sossegar as populações e dar-lhes o direito a uma vida com qualidade.

Em fevereiro deste ano, o Governo respondia ao Bloco de Esquerda, dizendo que o assunto estava em estudo, tanto quanto sabemos os estudos estão feitos, precisamos de decisões. E a Câmara Municipal o que tem feito, mantém a pressão sobre a APA e o governo, tem realizado contactos com regularidade, quais as respostas que têm sido dadas?”

Nuno Cruz: “Como todos sabemos, qualquer campanha eleitoral ou, no caso, pré-campanha, é vista de forma diferenciada consoante a posição de cada um dos candidatos, quem pretende a reeleição argumenta com o trabalho feito no mandato, e quem pretende mudança argumenta com o que se propõe fazer diferente.

Os executivos em exercício gostam de materializar o seu trabalho pela utilização de uma ferramenta que, apesar de legítima, pode influenciar de forma errónea a percepção das realizações do próprio mandato. Diz-se que o povo tem memória curta e que a informação que retém é mais recente, mas não acreditamos que, neste caso, essa profecia se realize. É necessário reconhecer que nem toda a adjudicação em período eleitoral deve ser automaticamente vista com desconfiança, em contextos onde há planeamento e transparência, a entrega de obras pode ser o resultado do cumprimento de cronogramas estabelecidos anteriormente. O problema está, sobretudo, na manipulação intencional dos tempos e na espetacularização dos atos públicos com finalidades eleitorais. Conscientes do impacto que as obras públicas têm na consciência do eleitor tem que ser, por outro lado, feita uma análise que permita separar o marketing político do verdadeiro compromisso público.

Quatro anos, são muito mais do que 30 dias. Assistimos nestas últimas semanas ao que gostamos de chamar a febre da obra, com anúncios quase diários de novas empreitadas, no caso, a requalificação do Largo D. Diogo Fernandes de Almeida, das piscinas municipais, da reabilitação do Nogueiral, da reconversão de um eucaliptal, da requalificação do Estádio Municipal, da adjudicação da empreitada do Centro Escolar Santa Maria, do Parque da Zibreira, do ringue da Olaia, da requalificação de arruamentos na Rexaldia e, finalmente, a pintura do mercado municipal.

É sobre esta última empreitada que se levanta um conjunto de questões, por várias vezes, nesta casa, foram abordadas as deficientes condições de funcionamento do mercado municipal, com mais que evidente prejuízo para os comerciantes e para a população. Por várias vezes o executivo foi questionado, por várias bancadas, sobre qual a solução a que se propunha, tendo sido mais que uma vez respondido que estava em fase de projeto a remodelação total do mercado. Agora, vamos fazer umas pinturas.

As perguntas que se impõem são, no fundo, se essas pinturas estão contempladas no dito projeto ou são um remendo para cheirar a tinta até às eleições? Se vamos fazer uma remodelação capaz, porque razão vamos agora só pintar e fazer meia dúzia de remendos e não a obra global que, no fundo, se espera que esteja no projeto? Será que o valor que

vamos gastar agora não será depois desvalorizado pela remodelação que estará em projeto? E quanto tempo vão os comerciantes e clientes do mercado ter que esperar pela execução de um projeto que dignifique as instalações e que permita uma utilização de acordo com o mínimo exigível, em termos de condições de segurança e de conforto.

Bem sabemos que se vão levantar agora as vozes da bancada do Executivo, a diminuir esta nossa opinião, argumentando que será melhor fazer pouco do que não fazer nada, mas a verdade é que o mercado não precisa de pouco, precisa de muito.

Nesta mesma casa, na passada semana, em relação ao PDM, o Vice-Presidente disse e cito: “quem vier atrás, que resolva”. Quer-nos parecer que esta expressão também se aplica neste caso porque, como admitem não resolver, pelo menos, fazem qualquer coisa.”

José Santos: “Como deputado municipal pelo Movimento P’la Nossa Terra, ao longo das minhas intervenções alertei o município para a resolução de vários problemas existentes na nossa cidade e freguesias.

Na cidade, continua a assistir-se à proliferação de largas centenas de pombos, que tornam as nossas ruas e a zona do Açude Real cada vez mais sujas, pondo em causa a saúde pública de todos nós. Propôs-se a correção de densidade dos pombos, a lavagem das ruas pelo menos uma vez por semana, para o bem de todos os torrejanos, dos comerciantes e de quem nos visita.

Também necessária e urgente, foi solicitada a pavimentação do parque da zona afeta aos vendedores do exterior do mercado, já que e, bem, a pedido do Movimento P’la Nossa Terra, esse espaço foi aberto ao estacionamento dos utentes do mercado semanal.

Pedimos, de igual modo, uma solução para a ponte do Lamego, continua a degradar-se, inviabilizando uma melhor acessibilidade para o local.

As ervas, mais uma vez se exige do município um combate mais eficaz às ervas que, por todo o lado, proliferam. Exemplo, quem passe junto à bonita igreja do Divino Salvador de Torres Novas, certamente ficará triste e angustiado, por ver tantas ervas em redor do monumento e uma palmeira a tentar sobreviver no meio, dando uma imagem de desprezo e abandono do local, esta que é um monumento muito interessante.

Apelou-se à revisão da política de conservação e marcação de estradas na cidade e freguesias, tornando-as mais seguras para os condutores e restantes utentes, demos como exemplo, a Avenida dos Negréus, má conservação e ausência de marcação. Em toda a Avenida Dr. Martins de Azevedo, o piso em paralelo está a ficar extremamente

deteriorado, com pedras a soltarem-se, podendo originar perigo para todos. Ainda nesta avenida, no entroncamento com a rua 25 de abril, que é a rua do Tribunal, em frente ao quiosque também apelamos a uma solução que evitasse os constrangimentos no trânsito, precisamente, para quem vem da rua Dr. Martins de Azevedo, de poente para nascente, quando o semáforo está verde e quer virar para norte, para a rua do tribunal, fica ali no centro com perigo de acidente, já vários casos sucederam desta natureza.

Também insistimos nas medidas corretivas de velocidade para as acessibilidades extremamente críticas, entroncamento da rua do Bom Amor com a variante do Bom Amor, entroncamento da estrada da Sapeira com a variante do Bom Amor, cruzamento da Agriloja. Há relativamente pouco tempo, numa semana ocorreram quatro acidentes com feridos e prejuízos materiais.

O Sr. Presidente da Câmara tem simpaticamente referido existir um projeto em curso para a Variante, tudo bem, mas as medidas corretivas têm de ser urgentes, não podemos continuar a tolerar mais feridos ou mortes em acidentes, mais prejuízos materiais, sem fazermos nada. Temos de pressionar as Infraestruturas de Portugal para a vergonha que representa esta estrada, que continua sem segurança, sem valetas e bermas adequadas à circulação de pessoas. Exemplo: há precisamente 20 dias ocorreu junto à Quintinha do Bom Amor, na curva, um acidente; hoje, vinte dias após, permanecem no local, na valeta e berma, os resíduos do poste destruído, o ferro e pedaços de betão.

A estrada não é da competência da Câmara, nós sabemos, mas a Câmara pode pressionar as Infraestruturas para resolverem a situação.

De igual modo, continuamos a alertar para a necessidade urgente de cortar a erva, já grande parte dela seca e que ocupa os taludes da variante do Bom Amor. De momento, está tudo em perigo de incêndio e em infração às normas vigentes relativamente à limpeza e segurança ao longo das estradas nacionais.

Pedimos também ao município que, dentro das possibilidades e atribuições, dedicasse uma maior atenção à melhoria dos caminhos agrícolas, refazendo o piso e cortando a vegetação, melhorando as acessibilidades na periferia da nossa cidade e aldeias do concelho, facilitando a vida aos agricultores e aos bombeiros, em caso de incêndios.

Não queremos ser injustos, pois sabemos que se verificou alguma intervenção, inclusive de pavimentação de alcatrão, num ou outro local, embora a consideremos ainda pouco significativa nas estradas de terra e caminhos agrícolas.

Finalmente, voltamos a referir a necessidade de difusão de informação aos municíipes, bem como, a colocação em pontos estratégicos das nossas freguesias, de ecopontos de receção de tudo o que as pessoas não querem e deitam fora, inclusive, restos de materiais de construção/demolição, evitando deitá-los na mata ou na beira das estradas rurais. Exemplo: pinhal do cruzamento da estrada do Pedrogão com AdoFreire, onde depositaram aqui há tempos alguns materiais, bem como, nas bermas da estrada de terra que desce no acesso às Lamas, e outros locais deste concelho.

As piscinas municipais, neste momento, entram para férias, há necessidade de fazer obras e nós reconhecemos isso ao nível de balneários, ao nível de torneiras, ao nível de pavimento, enfim, todas essas coisas nós consideramos que é absolutamente necessário, consideramos é que os 3 meses de encerramento, que dão às pessoas é um período demasiado longo para pessoas de certa idade que estão habituados à hidroginástica e a desenvolver o seu corpo, ficam privados durante três meses de o fazerem. É uma observação, fiz essa observação à margem.

Portanto, nós, Movimento P'la Nossa Terra, esperemos na próxima legislatura, se nos for dada essa possibilidade, de poder continuar a lutar para dotar a nossa cidade e freguesias, de um conjunto de melhorias significativas, de modo a ser mais fácil e agradável viver no nosso concelho de Torres Novas.”

Cristina Tomé: Na Assembleia Municipal de 17 de fevereiro deste ano, a CDU apresentou uma recomendação à Câmara Municipal para a implementação de sinais sonoros nos semáforos para peões, tendo sido aprovada por unanimidade.

Pela sua importância no auxílio de pessoas inviduais ou com visão reduzida e também porque consideramos que a acessibilidade é um fator que não pode ser descurado, julgamos, como dissemos na altura, que a sua aplicação devia ser célere, por isso, perguntamos qual o ponto da situação?

O prazo para a limpeza de terrenos já terminou, como terminou também o seu alargamento, mas ao circularmos pelo concelho encontramos bermas das vias públicas nas quais a referida limpeza dos terrenos não aconteceu. O que perguntamos é, uma vez que estes incumprimentos são frequentes, como pensa o executivo resolver o problema? A recolha de resíduos sólidos urbanos no nosso concelho, embora seja feita através de uma empresa contratada para o efeito, a Câmara Municipal tem um papel ativo de fiscalização dos serviços prestados, assim como, deve averiguar do grau de satisfação dos

municípios. Ora, perante um rol de reclamações e insatisfação que nos tem chegado, demonstra bem que quer a recolha dos lixos comuns, como dos ecopontos, está longe do que seria necessário, porque estamos perante uma situação preocupante e porque, infelizmente, é recorrente, perguntamos o que irá fazer o executivo para que, de uma vez por todas, se acabe com este problema?

Já várias vezes trouxemos a esta Assembleia a nossa preocupação com as condições desumanas e tremendamente degradantes das condições de trabalho dos trabalhadores operacionais. A solução apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, passaria pela transferência e, muito bem, de instalações, mas a verdade é que o tempo passa, a falta de condições de trabalho perdura e a dita transferência ainda não ocorreu. Esta é uma situação de limite, estes trabalhadores não podem, nem devem esperar mais, tendo a Câmara obrigação enquanto entidade patronal de lhes atribuir, a estes e a todos os outros, condições dignas de trabalho.

Antes de terminar, só fazer uma referência à Palestina que foi aqui falada e, sobre a Palestina, haveria e há certamente muita coisa a ser discutida e a ser falada, mas só quero deixar a esta Assembleia uma nota.

Tenhamos nós a capacidade de resistência, tenhamos nós todos os dias a visibilidade da luta daquele povo que apenas quer viver dignamente, ao qual é negado aquilo que é mais básico, condições minimamente humanas, morrem à fome e, como disse o Miguel, até o alimento é um processo de eliminação.

Portanto, acho que se nós tivermos a capacidade de pensar bem no problema e cada um de nós tomar posição, é o primeiro passo para que a situação seja resolvida, porque não podemos permitir que isto continue, nem lá nem em lado nenhum, como é evidente. Acho que nos faz repensar a todos o que é que queremos da vida, não só para a nossa vida, mas para a vida de todos, é muito importante esta reflexão.”

Luís Paulo: “Tinha duas perguntas muito simples e rápidas para o Sr. Presidente da Câmara. Uma, relacionada com a beneficiação da rede viária municipal, se me recordo, em janeiro deste ano foi adjudicado e aprovada a minuta do contrato para a reabilitação de cerca de vinte e poucas estradas do nosso concelho, em que a estrada, a obra maior, será a ligação de Lapas a Pedrógão. Queria saber em que ponto está esse contrato e quando é que irão começar as obras?

Queria questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do projeto de renda de custo acessíveis da rua da Fábrica. Foi lançado em março de 2024, estamos em junho de 2025, obras ainda não é possívelvê-las e o PRR só tem mais um ano de execução, dado que o projeto tinha vinte meses para execução da obra, os prazos já não vão bater certo.”

Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria: “Já mandei alguns e-mails, em relação ao abatimento da estrada na rua da Bica, na Mata, foi provocado pelos desaterros feitos para a realização dos esgotos, quase todas abateram, mas aquele está mesmo em perigo. Alguns carros ficam lá com os para-choques agarrados, parece que ouve ali um acidente ou dois, penso que isso poderia ser evitado, falar com a empresa, atempadamente, antes que seja tarde.”

André Valentim: “Duas ou três questões muito sucintas. Uma delas tem a ver com a questão do estacionamento na nossa cidade, estão a ser feitas algumas obras, foram apresentadas algumas medidas alternativas, mas a questão é que essas obras vão originar a diminuição dos lugares de estacionamento.

A questão que se põe aqui, é que este executivo está a estudar para minimizar esta questão, se os parques atualmente disponíveis irão continuar no médio longo prazo, se existem intenções de requalificar esses mesmos parques. Estamos numa altura em que podemos refletir sobre esses assuntos e estas obras conduzem a isso mesmo, e gostaríamos de saber o que é que o município já refletiu.

Outra questão que alguns consideram menor, mas é algo que chateia e que incomoda muita gente, a questão das ervas. A questão das ervas é também uma questão de Proteção Civil, de segurança contra incêndios e não podemos esquecer que o município tem a obrigação de fazer cumprir as faixas de proteção dos particulares, mas também da sua própria rede viária. E não podemos passar esse ónus inteiramente para as Juntas de Freguesia, que têm dificuldade em assegurar a manutenção nos núcleos urbanos, quanto mais nas vias que ligam a esses núcleos urbanos.

Nesta fase, em que não deverá chover, em que já foram abordadas em algumas Assembleias atrás que se iam apresentar ou, pelo menos, estudar soluções, gostaríamos de saber o que é que já foi feito, o que é que já foi ensaiado para que, daqui a sensivelmente oito a nove meses, não estejamos todos aqui a debater o assunto das ervas.

No meu entender, para além de toda a intervenção técnica, passará obrigatoriamente por um reforço às Juntas de Freguesia, de qualificação quer dos recursos materiais em termos de equipamento, quer de reforço dos recursos humanos afetos a essas tarefas, é algo que gostaria de saber, que evoluções é que há nesse processo.

Só para complementar, tendo em conta o período climático que estamos a viver, vamos ter um evento que irá reunir cerca de quinhentos jovens no concelho de Torres Novas e, tendo em conta a sua localização, em plena serra, gostaria de saber se está previsto ao nível da Proteção Civil alguma situação e o que está acautelado nesse sentido, uma vez que vai haver movimentações em perímetros florestais, vai haver uma forte concentração de pessoas, para salvaguardar qualquer inconveniente que possa haver.”

Presidente da Câmara: “Responder ao Rui Alves Vieira, relembrar a todos que a escola Artur Gonçalves e todas as escolas relativas ao ensino secundário, não são da responsabilidade da autarquia, a delegação de competências foi transitada para nós e para muitos municípios, a nível nacional. Na altura, havia duas hipóteses para a reabilitação das escolas já com muitos anos, como é o caso da escola Artur Gonçalves e também da escola Maria Lamas.

Primeiro, falou-se que era um contrato-programa entre o Governo e cada município, mas antes de tomarem outras medidas, só estou a relembrar, foi elencada pela Associação Nacional de Municípios, e pelo Ministério da Educação, uma relação das escolas que necessitavam, com caráter de urgência, de intervenção, a escola Artur Gonçalves faz parte desse mapa. Ficamos, todos os municípios, à espera que o Governo despoletasse verbas para as obras começarem, foram impostas condições pelo Governo. E quando falo o Governo, já há duas cores envolvidas neste processo, houve o Partido Socialista e agora o Partido Social-Democrático e, nessa questão da obtenção de verbas a nível do PRR, ficou contemplado determinada verba, de milhões, para as escolas, esse valor foi sendo reduzido, foi sendo encaminhado para outros projetos.

Da parte da Associação de Municípios, continuou sempre uma pressão enorme junto dos Governos, e agora passo a falar só de um Governo que decidiu que ficariam prioritárias as que lançassem concurso ou que tivessem, pelo menos, projeto de reabilitação.

O município de Torres Novas tinha um projeto de reabilitação, lançamos concurso, não fizemos adjudicação sem haver da parte do Governo garantia financeira, estamos a falar

de um custo de reabilitação para a Artur Gonçalves de cerca de vinte e quatro milhões de euros e, portanto, era impossível se fosse dois milhões, três milhões...

A Câmara até poderia, eventualmente, depois de um diálogo com o Governo poder avançar com a obra, obviamente, vinte e quatro milhões iam comprometer mais de 1/3 do orçamento municipal.

Dizer que conseguimos, a nível do ensino secundário em Torres Novas, mais uma vitória, mas é uma vitória que fica no mapa de prioridades do Governo, conseguimos pôr a escola Maria Lamas há pouco tempo. Na altura, não pusemos a escola Maria Lamas, como sabem também está a precisar de obras, nós fizemos uma intervenção, a possível, mas como foi uma intervenção que correspondeu a mais de 10% das necessidades de reabilitação, o Governo também criou regras, “se já recebeu 10% de investimentos não pode entrar nas prioridades a nível nacional”. Mas conseguimos ultrapassar isso e já transmitimos à nossa diretora de agrupamento da escola Maria Lamas e, portanto, já está também nas prioridades a nível nacional.

Só que, agora já não é o PRR que está em causa, já foi ultrapassado e é um empréstimo BEI, do Banco Europeu de Investimento, esse empréstimo BEI foi validado, segundo sei, em março deste ano e, até agora, os municípios não tiveram notícias de poderem adjudicar as obras.

Portanto, direi que sobre a escola Artur Gonçalves, temos tudo preparado para avançar, para completar o processo que iniciamos com o concurso para a obra e, logo que tenhamos luz verde, avançar com a adjudicação, portanto, não é culpa da Câmara.

A Câmara, neste momento, está prejudicada em relação à escola Artur Gonçalves e ao investimento que fez, porque só o projeto custou cerca de 75.000.000€, foi a Câmara que o pagou e ainda não recebeu nenhuma cota parte do Governo, estamos perfeitamente à vontade para falar com quem de direito, sobre a escola Artur Gonçalves e sobre a escola Maria Lamas.

Sobre o Bairro Digital, se põe em causa, se vai dar força ao comércio, se não vai dar força ao comércio, há mais de cento e tal comerciantes que aderiram, portanto, tiveram esperança, foi-lhes apresentado o projeto. No próximo sábado, vamos com os comerciantes e com entidades convidadas, percorrer o Bairro Digital, com inovações que aconteceram através de uma candidatura, até vai custar mais do que 600 000 000€, mas é altamente positivo aproveitar essas verbas e, sobretudo, para a promoção do comércio.

Está dentro do que é modernismo, em termos do digital, chamamos-lhe a “Vila”, é uma vila ampliada, é uma vila com muitos comerciantes, diversas tipologias, com muitas imagens no que hoje corre por todo o mundo, que é a forma digital. Ainda é cedo para sabermos se resulta, vai resultar alguma coisa, se vai resultar muito, esperemos que sim, não é agora que vamos saber, durante o ano que vem ou daqui a dois ou três anos. Consoante também o desenvolvimento e o que os comerciantes que aderiram e corresponderam ao apelo da Câmara, que não está sozinha neste projeto, foi buscar duas entidades especialistas na parte das empresas, a NERSANT e a ADRIRN, são parceiros principais também neste contexto. Ainda é muito cedo para sabermos se vai ser um fracasso ou se vai ser um êxito, quero acreditar que vai ser um êxito e uma boa aposta que está a ser feita no nosso concelho.

Quanto ao bairro de São Pedro, já começou uma parte, o Quinchoso e a Barobra já são fatores evidentes das obras que estamos a fazer, são grandes obras numa zona melindrosa, das mais antigas da cidade. Tem um projeto aprovado também com candidatura e, portanto, é uma coisa que só interrompemos em determinada altura e que o próximo executivo tomará decisões sobre isso e todas as forças políticas, julgo, que sabem, que foi a dúvida que temos num sentido de circulação, a apanhar a ponte do Raro. Cortar o trânsito em determinado sentido, privilegiar os peões, privilegiar outro tipo de funcionamento da malha urbana e, portanto, é isso que está a ser reappreciado para se avançar com uma obra que tem candidatura aprovada.

Qualquer executivo, os anteriores e todos os que venham a seguir nesta e em todas as câmaras do país, vão chegar a uma conclusão que é impossível fazer tudo e chegar a todo lado. Acho até muito interessante, também é uma cartilha das oposições de qualquer país, de qualquer Câmara e aqui também não é exceção, por norma indicam o que falta e indicam o que está mal, raramente falam do que está bem, por acaso, já hoje aqui ouvi alguém da oposição, ligeiramente, elogiar também algum trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, mas, por norma, isso não acontece.

A questão das pontes, ainda há muitas para resolver, a Ponte do Lamego, temos o projeto pronto, o próximo executivo, se quiser, terá o projeto para avançar, tenho a certeza que irá avançar, mas não houve ainda a possibilidade de fazer a intervenção na ponte do Lamego.

Quanto aos galardões honoríficos, é o ponto que vou gostar mais de falar para a Assembleia e para o público em geral. É uma coisa absolutamente incrível, lanço o

desafio e peço a vossa concentração, para imaginarem uma reunião privada, com assuntos absolutamente sigilosos, em que todos os vereadores e funcionários da Câmara que secretariam as reuniões de Câmara ficaram admirados com uma notícia que saiu na comunicação social, sobre legalidade ou ilegalidade, tiveram inclusivamente o arrojo de mencionar cá para fora nomes que foram lá apreciados, que ninguém pediu, vejam só a insensatez, a falta de vergonha, não tenho outra palavra para dizer, outro termo para aplicar.

Imaginem falar de nomes de pessoas que iam ser votadas para ser galardoadas ou não, mas, no nosso entender, que mereciam pelo menos a apreciação para ver se tinham em sete votos seis, que é o que o Regulamento diz. Em que houve duas ou três reuniões anteriores em que se falou, em que se deu uma relação, as pessoas conheciam as pessoas que iam ser avaliadas para ser galardoadas, ou não e houve o arrojo de pôr esses nomes cá fora, uma falta de vergonha plena. Não sei quem é que escabrosamente conseguiu pôr cá fora, na comunicação social, mas quem quer que seja, como não sei quem é, posso dizer à vontade, não pode ser uma pessoa de bem. Não adianto mais, só quero dizer que quem tiver dúvidas sobre a legalidade do ato, é só esperar pela ata que vai ser votada na próxima quarta-feira, na reunião de Câmara, onde está o sentido de voto, onde estão os currículos das pessoas que foram votadas, foram dezanove, a maior parte com o voto por unanimidade, outras com seis votos em sete. Portanto, apenas digo que quem tão depressa sentiu vontade de fazer mal a alguém ou fazer mal aos outros, acho que não é o caminho para qualquer Câmara de bem, nem para quaisquer pessoas que se metam na política.

Quanto ao Presidente Pereira Jorge e as obras na ER 243, fica o recado.

Temos feito alguma pressão junto das Infraestruturas de Portugal em relação a algumas coisas que ainda será necessário corrigir, e alguma parte ficou incompleta no trabalho que foi desenvolvido pela Construções Pragosa, portanto, fazer pressão para que sejam realmente resolvidas. Até porque está aqui uma anormalidade, é que a rotunda pertence à ER 243 e, portanto, devia ser a Infraestruturas de Portugal a fazer o corte de ervas e não a Junta de Freguesia, é uma coisa que, obviamente, também tem que ser vista.

Presidente Leonel, algumas coisas já tinha preparado para esclarecer na reunião de Câmara de quarta-feira porque pediu para fazer uma intervenção, e muito bem, em relação à saúde ainda não tenho resposta para lhe dar, apenas que tenho feito pressão junto da administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, quero acreditar que até quarta-feira me possam dar mais algum esclarecimento em relação a Casais de Igreja e à falha de

médicos. Relembrar, e o Leonel também sabe, que a Câmara aderiu ao projeto Bata Branca e que estamos a pagar uma cota parte para alguns médicos de Bata Branca como chamamos, que são pagamentos perfeitamente legais e que a Câmara está a fazer, e alguma coisa está a falhar nesse contexto, também não queremos estar a pagar sem ver efeitos práticos, bem-sucedidos.

Quanto à OP que falta, penso que é da Fórnia, se não estou em erro a gruta da Fórnia e o caminho para lá, o que me disseram é que no caminho pedonal que foi arranjado, faltam dois bancos e, neste momento, falta melhorar o caminho novamente, foi a informação que me deram, vou procurar aprofundá-la melhor também até quarta-feira, para depois dizer alguma coisa.

Quanto às coletividades que pagaram o IMI, nós pusemos essa questão às Finanças públicas porque a deliberação que tomamos foi para a isenção do IMI, a nossa dúvida por ainda aplicarem este ano, se tem efeitos só para o ano e o que é que aqui aconteceu para não terem efeitos já este ano, é uma coisa que estamos a averiguar e que esperamos levar a bom termo.

O Presidente Leonel sabe que tenho imenso gosto, e demonstrei ao longo de trinta e dois anos, ir conviver a Assentis e, particularmente com o Presidente Leonel, com os empresários de lá e os populares, sabe bem que tenho muito gosto de ir lá. O ano passado até fiz questão e participei na entrega de prémios e ofertas aos casais que tiveram bebés, etc. O que é que aconteceu desta vez, estive na inauguração dos Moinhos da Pena, demorei mais do que esperava, estavam lá pessoas que não contava que estivessem como, por exemplo, o Presidente da Associação dos Moinhos a nível nacional e que até pertence a um fórum mundial e, portanto, prolongou-se. Entretanto, por motivos familiares, já não deu para ir, mas por um lado fico satisfeito por o Presidente Leonel ter sentido a minha falta, vou tentar compensá-lo, aparecer mais vezes e conviver consigo, garanto que isso vai sempre acontecer.

Quero dizer ao Luís, a Fabrióleo, as questões que às vezes põem são altamente positivas, por coincidência hoje tive uma reunião o Vice-Presidente da CCDR LVT, José Alho, chamei a Proteção Civil, elementos do Departamento de Obras, tinha informações sobre o Urbanismo, fizemos o ponto do que se passa com a Fabrióleo. Houve uma interligação, que está a ser feita superiormente, a Fabrióleo está encerrada como sabemos, parou a laboração, e houve uma determinada continuidade com pessoas, as entidades que se

debrucem sobre elas, em Vendas Novas e em Setúbal. Foi notícia de televisão, toda a gente viu, deve andar a haver um cruzamento a nível nacional de tudo isto.

Vai ser pedida através da CCDR, uma reunião com a própria CCDR, com a Câmara de Torres Novas e com a APA, para completar o que falta completar. É que a verba do Fundo Ambiental dos 750.000€ que foram entregues à Câmara a Câmara não se importou ser a dona da obra quando devia ser a APA e a Câmara substituiu-se, com dinheiros da APA, do Fundo Ambiental, e o dinheiro não chegou. Há ainda uma parte da descontaminação, há uma questão também dos terrenos para descontaminar e, por tudo isso, vai haver uma reunião para dar seguimento o mais depressa possível, para bem das populações.

O papel principal da Câmara e dos movimentos que, felizmente, houve, e de todas as forças políticas, houve muitas reuniões em Lisboa de todas as forças políticas de Torres Novas, houve uma ação na Assembleia da República, como se lembram, e funcionou, encerrou a Fabrióleo. É um processo que continua em aberto, mas há-de ser resolvido, até porque há também notificações à empresa, de construções ilegais que tem que haver também determinações em relação ao que fazer delas.

Nuno Cruz, o marketing político. Quero agradecer ao Nuno Cruz porque, para lá das vezes que a Câmara pôs na página da Câmara e do que saiu em Facebook, o Nuno Cruz voltou a repetir as obras todas, o que me apraz agradecer por ser uma coisa boa, que o povo gosta de saber o que as Câmaras e as Juntas fazem.

Porque é que as coisas estão a acontecer agora, não fui eu que criei a Lei, a Lei diz que antes de qualquer eleição, nos sessenta dias antes, não se pode fazer publicidade, não se podem fazer consignações ou divulgação pública de dados da Câmara, em termos de obras e, como apanhamos eleições seguidas e agora vamos apanhar outras a seguir, as autárquicas e depois as presidenciais, quase que a gente não pode falar com o povo, estamos proibidos ou vamos todos para o tribunal, portanto, nós aproveitamos este momento, mais do que qualquer outro, para fazer o que normalmente fazemos. Nós não inventamos as consignações e as obras, porque houve outras obras que a gente já fez isso, e notificações, como todos sabem.

Portanto, não é marketing político, é uma obrigação pública de divulgar também o que a Câmara faz.

Mercado Municipal, já o disse nesta Assembleia, está a ser feito um projeto que vai custar cerca de 120.000€, se não estou em erro, está o concurso a desenvolver-se para esse projeto e que aponta para uma reabilitação de cerca de milhões de euros, segundo a

informação do Departamento de Obras. É uma transformação radical na parte exterior também do mercado onde há as bancas, etc. Portanto, o próximo executivo vai ter nas mãos um grande desafio, até lá, há infiltrações de água no mercado, há situações nas paredes a criar bolor e há um apelo fervoroso, se for visitar o mercado e falar com os comerciantes, estive lá a fazer o auto de consignação, falei com uma série deles e todos eles aplaudiram o que está a ser feito. Aquilo não resolve o problema total, mas é muito bom o que se vai fazer, dá outro aspecto diferente ao mercado, eles sentem que vale a pena os cerca de 50.000€ que agora vão lá ser investidos. Nas nossas casas também não deixamos cair tudo, se alguma coisa é preciso na cozinha ou na sala, ou noutro lado qualquer, isso é sinal de boa manutenção, de bons princípios, é esses bons princípios que nós queremos também continuar a fazer.

Em relação ao nosso amigo José Santos, permita-me falar assim que já o conheço e estimo há muitos anos, a maior parte das coisas que disse, realmente, são algumas lacunas que nós temos que tratar e que ainda estão por concretizar.

Só chamar a atenção para a Avenida do Bom Amor, ele também relembrou que não é da nossa responsabilidade, ainda, é da Infraestruturas de Portugal. Nós arranjamos a rotunda do Shopping que encaixa com a EN349, que é a Avenida do Bom Amor, que nos custou um dinheirão. Temos a promessa, aliás, é um protocolo com a Infraestruturas de Portugal, que nos vão pagar e que estamos à espera ainda hoje para completarmos o projeto.

A Câmara assumiu com a Infraestruturas de Portugal, e já o disse aqui várias vezes, não é por culpa da Câmara que isso ainda não aconteceu, a conceção de um projeto para a Avenida do Bom Amor, nós pagamos o projeto que vai custar à volta de 100.000€ e a Infraestruturas de Portugal pagam a obra, está assim combinado com o Diretor das Estradas numa reunião em Almada, onde tem a sede, portanto, há aqui uma falha da parte da Infraestruturas de Portugal, estão a demorar mais do que era desejado. O que nós podemos e devemos fazer é chamar a atenção para as coisas que estão ali mal e, sobretudo, os acidentes, esperando que não aconteçam situações de morte, como já ali aconteceram em anos anteriores.

Quanto às acessibilidades e sobretudo para lutar contra os incêndios, podemos não ter feito em todo lado, mas nas zonas principais de incêndios fizemos, é um orgulho da Proteção Civil Municipal, é um orgulho nosso, é um orgulho para os bombeiros de Torres Novas. Na serra do Pedrogão, a zona da Zibreira, Vale da Serra, etc., nós temos aberto

caminhos precisamente para facilitar o combate a incêndios, tem havido essa preocupação.

Registo também a questão dos ecopontos, é um trabalho a nível ambiental, o nosso Pelouro do Ambiente tem feito um bom trabalho a esse nível, temos que pressionar ainda mais a SUMA que recolhe o lixo, e também a Resitejo a outro nível, porque a gente também paga muito e, portanto, temos o direito de exigir que eles funcionem melhor.

Quanto às piscinas municipais, a questão dos três meses foi muito pensada por nós, sabíamos que no verão e, sobretudo, para quem pratica, estes três meses são muito importantes, mas não deixa de ser também muito importante os trabalhos interiores e exteriores. Estes três meses foi a forma que a empresa que está a fazer as piscinas de termos prontas as piscinas em outubro ou novembro, garantirmos que elas também exteriormente poderão ser utilizadas. A gente não sabe, as temperaturas cada vez estão mais confusas, como estamos a aperceber-nos no dia a dia, bem sabemos nós se até em outubro, novembro ou dezembro, se vem para aí caloraça e se há a possibilidade de utilizar também as piscinas exteriores, ou para treinos ou outra coisa qualquer.

Portanto, os três meses foi para garantir que a empresa não prolongasse a obra no tempo, cumprisse o seu calendário, portanto, vale a pena este sacrifício destes três meses que estão agora a decorrer e completarmos a obra.

A Cristina Tomé, sobre os sinais sonoros nos semáforos, na realidade não posso garantir que estejam a funcionar, o alerta é sempre bem feito e agradeço.

A limpeza de terrenos, isso todos nós falamos na limpeza de terrenos e com razão, tenho que dizer isto, em determinada altura houve uma opção, uma recomendação desta Assembleia Municipal para não aplicarmos glifosato e cumprimos à risca, e nunca mais aplicamos glifosato.

Tenho alguns e-mails ao longo do tempo, não muitos, mas tenho alguns de munícipes torrejanos a dar os parabéns e a agradecer a não aplicação do glifosato e temos muita gente que se queixa, diz que aplicando o glifosato, obviamente, não tínhamos as ervas que temos hoje.

Quero informar e com o conhecimento do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que temos procurado outros produtos não cancerígenos e já fizemos algumas experiências no princípio deste mês, no próximo mês de julho iremos também experimentar, esperemos que resulte sem danos para a saúde e, portanto, é uma experiência que vamos fazer já no mês de julho.

Quanto às condições desumanas, retiro radicalmente o desumano, porque as condições de trabalho na Câmara são uma coroa de glória, também para nós, porque não é só as instalações e já demos provas de mudança de instalações e de melhoramento de instalações, o que há muitos anos não me lembra na Câmara, da forma de vestir, do que calçam, da questão de higiene e segurança, da questão médica, tudo isso conta, como é óbvio, para dar boas condições de trabalho sobretudo àqueles que têm, eventualmente, um trabalho mais complicado, os auxiliares de obras, etc.

Nós assumimos um compromisso com quem comprou o Torresfórum e que nos comprou as oficinas, até ao final deste mês faríamos a mudança para as novas instalações. As novas instalações estão preparadas para mudar de imediato a secção do armazém, a secção de oficinas presumimos que, finais do mês de julho, durante o mês de agosto, já haja possibilidade para mudar. Devo dizer que, telefonicamente, com o proprietário, assumimos esse compromisso, que não havia problema, que poderia esperar mais um ou dois, ou três meses.

Portanto, Cristina Tomé, permite-me dizer isto, está tão perto das instalações, vale a pena lá espreitar, estou a falar a sério, qualquer membro da Assembleia Municipal, vá lá espreitar as futuras instalações, porque foi mudar radicalmente e para melhores condições, a parte do armazém e oficinas.

Luís Paulo, sobre a rede viária e sobretudo a estrada de Lapas/ Pedrogão, nós deliberamos na Câmara e Assembleia Municipal um empréstimo de quase dois milhões de euros para pavimentações, com uma relação a abranger todas as freguesias. E onde se destaca, com conhecimento de todas as freguesias, que os valores não são perfeitamente iguais, como não é perfeitamente igual a necessidade de uma estrada ou de outra, nem o cumprimento de uma estrada ou de outra e a estrada mais longa é de Lapas/ Pedrogão, sem sombra de dúvida.

Já veio aprovado o empréstimo, lançamos concurso, ganhou a empresa Civibérica, mandamos para o Tribunal de Contas, demorou algum tempo, veio aprovado do Tribunal de Contas e a consignação com a Civibérica vai acontecer a semana que vem.

A obra vai começar a todo momento, para nosso agrado, tenho pena, espero ainda que a consignação seja feita e vai ser feita em período que não podem pegar pelo casaco por pôr na página da Câmara, portanto, será com todo o gosto que irei pôr.

Rendas acessíveis, não é só na rua da Fábrica, relembo porque é uma obra que já falta pouco para acabar, no Largo da Judiaria, na rua Serpa Pinto, é uma obra que já está muito desenvolvida, que também é rendas acessíveis.

O primeiro concurso da rua da Fábrica ninguém pegou, ficou deserto, como alguns a nível nacional, fizemos novo concurso e, portanto, agora já há condições para a rua da Fábrica poder avançar, julgo que vai dar vinte apartamentos, penso que é.

Mas há mais de rendas acessíveis, portanto, o ano que vem o próximo executivo vai ter muitas chaves, graças a Deus e aos homens, para distribuir a muitos casais, sobretudo jovens.

Já agora, aproveito para relembrar que as rendas acessíveis não é habitação social, volto a frisar isto porque ainda há pessoas que julgam que é habitação social, rendas acessíveis é para casais perfeitamente normais em termos financeiros, com ordenados médios, tem um valor limite por Lei, portanto, não é habitação social, são rendas acessíveis. É apenas para proporcionar mais habitações para casais que se queiram instalar em Torres Novas. Presidente Alfredo, rua da Bica, na Mata, terei que confrontar a Águas do Ribatejo, já sei que vão procurar esclarecer porque isto acontece, os abatimentos, faço parte do Conselho de Administração em nome do povo de Torres Novas e aparece com muita frequência a questão dos abatimentos depois de intervenções.

A Águas do Ribatejo tem por princípio fazer uma pesquisa e ver se os abatimentos foram derivados das intervenções que fizeram, ou se de obras anteriores feitas pela Câmara, penso que na rua da Bica e do que conheço, até porque tenho um familiar que mora lá, não será o caso, mas se for da responsabilidade da Câmara, a Câmara repara, se for da responsabilidade da Águas, repararão.

André Valentim, sobre o estacionamento na cidade, que é uma dor de cabeça para qualquer Presidente de Câmara, portanto, multiplicou-se o número de carros na nossa cidade, temos procurado estacionamentos alternativos nem sempre no sítio desejável ou que dá mais jeito às pessoas, mas pusemos a parte de cima do parque subterrâneo a ser ocupado, conseguimos junto da Rodoviária um estacionamento por trás da Avenida João Martins de Azevedo. Conseguimos em diálogo com os bombeiros, que os carros dos bombeiros que estavam no jardim da Laranjeiras fossem para uma obra que ainda não está para começar, ao lado de onde era a Cooperativa Agrícola, e o viaduto que foi adquirido por nós, a parte de baixo, que nem sempre é utilizado.

E há aqui situações que temos que continuar a procurar alternativas, temos uma obra agora a desenvolver-se que pôs em causa quarenta espaços de estacionamento, a minha maior preocupação é que os comerciantes do Açude Real tenham, pelo menos, estacionamento para cargas e descargas. Vou ter uma reunião com os comerciantes e havemos de arranjar uma solução, enquanto a obra durar, para as cargas e descargas e procurar uma solução também dentro do possível, para lá dos estacionamentos que o condomínio tem de arranjar para aqueles clientes rápidos, que aparecem e querem estacionar o carro e comprar.

Agora, também há maus hábitos na cidade que deviam ser corrigidos, que era a maior utilização dos TUT, andarem um bocadinho a pé que também faz bem deixando o carro no estacionamento da Avenida João Martins de Azevedo para irem, por exemplo, ao Açude Real, será que custa assim tanto andar meia dúzia de metros, não sei, é uma interrogação que fica, milagres não há, outras cidades também não têm esses milagres. Agora, é preciso fazer um parque subterrâneo, já aqui foi falado, sou o primeiro a aplaudir, já não serei Presidente da Câmara quando isso acontecer, mas serei o primeiro a aplaudir, haja dinheiro para ele ou então dar de concessão a quem queira fazer a obra. Mas que não aconteça como aconteceu com a concessão que foi dada ao parque subterrâneo, teve que ser a Câmara, por acaso foi comigo e com quem estava comigo na altura no primeiro mandato, a desbloquear um parque que estava fechado, porque tinha falhado da parte de quem tinha ficado com a concessão, mas é um desafio que fica.

Quanto às ervas e à Proteção Civil, a Proteção Civil tem acionado os meios que tem, tenho assinado muitos ofícios para todo o concelho para as pessoas cumprirem, casos que são detetados que podem provocar incêndios, com prazo, com direito a multa ou a Câmara substituir-se e apresentar a fatura, portanto, isso tem sido feito.

O Corpo Nacional de Escutas, para grande orgulho meu como velho chefe do agrupamento, vai ter à volta de quinhentos jovens, não é a primeira vez, no Campo Escola Serra de Aire e está tudo garantido, tem havido reuniões frequentes com a Direção Regional dos Escuteiros, com a Proteção Civil, com o Departamento de Obras, com um problema que aquele campo ainda tem, falta uma ligação de água ao sistema, portanto, temos lá um tanque para os helicópteros irem buscar água, mas não temos ainda água potável. Arranjamos uma solução com depósitos, garantidamente a funcionar bem e, em caso de necessidade, temos articulação com a IPSS, aliás, e com o Centro Escolar de Pedrogão para resolver também a situação, está tudo garantido, a Proteção Civil está

atenta, certamente os Bombeiros também e, portanto, vai correr tudo bem e é uma coroa de orgulho para Torres Novas receber o encontro dos escuteiros.”

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Sr. Presidente, na minha intervenção do segundo ponto, falei nas obras de pavimentação nas estradas da minha freguesia. O Sr. não me respondeu e eu disse que tenho visto na comunicação fotografias e notícias de contratos em que o Sr. já está a assinar, relativamente às estradas e, perguntei-lhe, se da minha freguesia era para esquecer, nem sequer disse uma palavra relativamente a isso.”

Presidente da Mesa: Sugeria que o Leonel acabasse a intervenção, é melhor para não entrar em diálogo.”

Presidente da Câmara: “Não é diálogo, é só porque há bocado esqueci.”

Presidente Mesa: “Sou da opinião que cada um deve falar até ao fim, eu não gosto que me interrompam, e por isso é que acho que cada um deve falar primeiro, não permite que ninguém interrompa o Presidente, não permite que ninguém se interrompa a ninguém, levo até a mal quando há interrupções, é questão de organização, portanto, acho que deve acabar de falar e depois a seguir darei a palavra a quem quiser, sem interrupções.”

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Estava a dizer que quando foi pavimentar as ruas na nossa freguesia, o Presidente, alguém com responsabilidade também, pediu duas ruas por cada freguesia. Eu pedi a rua Vale Duques e a estrada que chamamos estrada da Azulada, a estrada que faz ligação entre Beselga e Fungalvaz, depois essa rua da Beselga para Fungalvaz ficou lá, e a rua Vale Duques trocaram, a Câmara trocou-a por rua do Vale dos Poços, também nas Moreiras Grande, a outra era em Assentis, ficou no esquecimento agora, custa-me ver a situação. E disse aqui há tempo estas situações todas, que vou passar a citar: enviei para a Câmara, relativamente à estrada de Beselga para Fungalvaz, um e-mail com fotografias, de alguém, não sei quem, colocou de cada lado da estrada pontas de vigas pré reforçado junto da berma da estrada, ocultadas com vegetação, isto foi há três semanas. Na sexta-feira passada, julgo que foi na sexta feira passada, alguém da Câmara me ligou para lhe dizer onde é que era, porque tinha um assunto de caráter urgência para resolver, lá lhe expliquei ao Sr. onde é que estavam as

pontas das vigas, tenho aqui as fotografias, que alguém lá colocou aquilo e depois, ainda faz esta situação toda.

Relativamente àquela estrada, entendo que a Câmara tem mais do que obrigação de resolver aquela questão, não sei se passa por negociar o espaço, se passa por expropriar, se passa por falar com as pessoas, ter vontade e coragem de resolver a questão de uma vez por todas.

Porquê, porque a Câmara em abril do ano passado, recebeu uma carta de duas pessoas daquele espaço ou têm terrenos naquele espaço, a pedir autorização à Câmara para colocar um sinal a proibir trânsito motorizado naquela zona, entre as dezanove horas e as sete da manhã, por uma questão de privacidade. Não existe lá nenhuma casa, Presidente. Isto para mim, é como aquele programa que há na televisão, é quase gozar com quem trabalha, então uma estrada que faz ligação entre duas aldeias, tem 1 km e pouco, não tem rigorosamente casa nenhuma e vão pedir uma placa a proibir trânsito motorizado, entre as dezanove e as sete da manhã? E para me pronunciar, o que disse foi: "A estrada é municipal, resolvam vocês."

Tenho aqui as fotografias das pontas das vigas, tiradas de um lado e do outro, como prova que estão camufladas dentro daquelas ervas.

Gostava, de uma vez por todas, que a Câmara resolvesse, tivesse coragem de resolver um problema daqueles, não sei quem é que tem razão, mas assim a Câmara perde-a toda porque não age em tempo útil, como não agiu da primeira vez e como não está a agir agora."

Cristina Tome: É só para mostrar ao Sr. Presidente da Câmara que a oposição, neste caso, a CDU também tem coisas boas a dizer da Câmara e, sempre que há, diz, não vale a pena estar a rir porque quando tenho alguma coisa a dizer, felizmente, não sou gaga e digo.

E basta consultar o Balanço Social para nós termos acesso a informação suficiente para saber com certeza, porque o Balanço Social é um documento que se faz com dados concretos e vimos que a nível das consultas da medicina do trabalho, o equipamento, isto tudo funciona. E com o conhecimento que tenho de outras Câmaras dá para comparar o trabalho da Câmara de Torres Novas e é bom, não tenho nada a apontar, aliás, houve aqui há uns anos um problema com as botas que vieram, que eram "xpto", mas que não eram boas e as botas foram trocadas e foi muito rápido.

Outra coisa, também tenho que lhe dizer antes que este mandato acabe, sempre que há um problema seja ele pequeno, médio ou grande e se ligo para o Sr. Presidente da Câmara, ele atende e conversa, ouve e dá resposta, às vezes não é no tempo que a gente quer, mas há uma tentativa de resolver problemas e isso tenho todo o prazer em lho dizer nesta Assembleia.

Mas, em relação às instalações que falei aqui, são mesmo desumanas porque conheço-as, as oficinas são desumanas, e com estas temperaturas agora não tem qualificação, portanto, é bom que a gente tenha a noção que há coisas menos positivas e que se faz um esforço para se melhorar as coisas, mas as condições que estes trabalhadores têm, infelizmente, são mesmo desumanas, portanto, mantenho o que disse.”

Presidente da Câmara: “O que queria dizer muito rapidamente ao Leonel, primeiro é pedir-lhe desculpa, porque quando fiz as minhas intervenções, vou tomado nota e é muita coisa, passou-me no que tinha aqui em relação ao Presidente Leonel, obviamente, que lhe devia ter respondido, porque no processo de pavimentações em conjunto, que falei ainda há pouco, que contempla todas as freguesias, e o Leonel pode confirmar em qualquer momento que faz parte da empreitada da Civibérica essas duas obras.

Agora, o caso principal que está aqui e que não deixa de ser um problema e é um problema grande, é a estrada da Azulada, é essa que se está a referir, não é? Como sabemos e já foi dito aqui em Assembleia noutras alturas, os proprietários acham que têm um direito sobre a questão da zona das cascatas, das propriedades anexas e da própria estrada.

O que motivou uma reunião, desloquei-me ao local com técnicos da Câmara, falei com os proprietários, não os conhecia, na altura falaram se a Câmara estava interessada em adquirir a propriedade que eles têm, com valores até muito significativos, mas o que me interessava era resolver o problema da estrada. A abertura que vi da parte dos proprietários foi que queriam saber que tipo de pavimento é que a estrada ia levar e que recusavam betuminoso, e é isso que estamos a tentar resolver.

Ainda tenho a esperança, do que falei com o Sr. que lá foi e com a família, de conseguir resolver, vamos ver, estava à espera que também fosse adjudicada a obra, já foi e, portanto, está na altura de revermos o projeto que temos para ali. Porque também não era o betuminoso, não era a zona toda que eles achavam que estava em causa, é que podia haver uma parte entre betuminoso e outra que eles lá entendem, penso que é mais perto da cascata, mas é uma coisa que tem que ser vista.

Portanto, Leonel, peço desculpa porque ainda há bocado devia ter falado nisto e passou, por isso é que quis interrompê-lo.

Aproveitando as palavras da Cristina Tomé, só informar também que em relação à temperatura, não é o primeiro verão que fazemos isso, mas este para quem está a trabalhar e, sobretudo, em betuminoso e noutras áreas muito complicadas, ou nos jardins, têm todos um horário mais cedo, como sabem, para acabarem também mais cedo.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação e votação da ata da sessão anterior (Nº 2/ 2025).**
- 2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana - ARU Torres Novas - Rio Almonda.**
- 3 - Primeira Correção Material do Plano Diretor Municipal de Torres Novas, para conhecimento.**
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de alteração ao Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial (AAE) da Cova do Minhoto.**
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas no âmbito de operação urbanística, requerida pela Associação de Melhoramentos de Resgais.**
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas no âmbito de operação urbanística, requerida pela Makers Unit Club - M.U.C.**
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas de utilização da Alcaidaria do Castelo, requerida pela União Desportiva e Recreativa da Zona Alta.**
- 8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pelo Rancho Folclórico Etnográfico do Casal Sentista.**
- 9 - Informações do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----**

1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR (Nº 2/ 2025)

Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a ata nº 2/2025, da sessão realizada em 28/04/2025.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com sete abstenções (por não terem estado presentes na respetiva sessão: Rui Alves Vieira, Cristina Tomé, Patrícia Batista, Margarida Manta Luis, José Rito, Luís Paulo, Susana Braz). -----

2 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA - ARU TORRES NOVAS - RIO ALMONDA

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 18.06.2025 (Anexo 1).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “Sobre este tema, acho que é preciso quase exercer um bocadinho de pedagogia, até porque outras pessoas nos irão ouvir e é preciso esclarecer bem o que é isto da ARU, ORU para que todos se consigam enquadrar nesta discussão.

E primeiro, perdoem-me este esclarecimento, esclarecer o que é uma ARU. Uma ARU é uma Área de Reabilitação, são áreas territorialmente limitadas pelos municípios onde se reconhece a necessidade de intervenção integrada para a reabilitação do edificado e do espaço público. Esta delimitação é feita por deliberação de Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e permite legalmente benefícios fiscais e incentivos à reabilitação.

Depois de aprovar a ARU, a Lei prevê o espaço de três anos para que haja aprovação da ORU, da Operação de Reabilitação Urbana, que são os instrumentos operacionais e de planeamento que caracterizam a intervenção e que são aqueles que vão, de facto, sentir-se no terreno. A ARU, por isso, fornece a estratégia de intervenção, define o programa de ação, o cronograma, quais são as entidades envolvidas e as suas articulações, as ações concretas, etc.

Em suma, uma fornece o enquadramento legal, a outra define como a reabilitação será feita. Isto é importante para percebermos o historial desta ARU, teve a sua primeira aprovação pública em 2016 e, por isso, no espaço de três anos a ORU deveria ter sido

aprovada, mas em 2019 a ARU foi submetida ao seu primeiro alargamento, à sua primeira ampliação e ganhou um novo prazo de submissão para a aprovação da ORU.

Em 2022 foi submetida à sua segunda ampliação e, por isso, ganhou mais três anos para a aprovação da ORU, agora, em 2025, irá certamente ser aprovada a sua terceira ampliação e irá ganhar mais três anos para a aprovação do ORU.

Nada temos contra o novo alargamento que está agora a ser proposto para a ARU Torres Novas - Rio Almonda, mas podemos também considerar esses sucessivos alargamentos como um sintoma das deficiências e ineficiências da gestão municipal deste processo, porque estas deficiências e ineficiências têm vitalmente consequências no adiar do desenvolvimento da nossa comunidade.

A verdade é que, do ponto de vista dos objetivos estratégicos, e de intervenção e da sua aplicação no terreno ainda não temos ORU para esta ARU, o que significa que nada de concreto aconteceu nos últimos dez anos, desde a aprovação da primeira versão da ARU em 2016. Ou seja, nada de bom aconteceu nos dois últimos mandatos autárquicos no contexto dos objetivos estratégicos desta ARU.

Não aconteceu nada de bom, mas aconteceram algumas coisas más, numa questão lançada pelo Bloco de Esquerda nesta Assembleia, nós ficamos a conhecer o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que deu razão à Autoridade Tributária, que faz depender a redução da taxa de IVA nas intervenções urbanísticas das ARU, da ORU. Se não tiver ORU, esta questão da redução da taxa de IVA não se coloca.

Ora, como andamos há dez anos a adiar a ORU, a Misericórdia de Torres Novas, no contexto das obras realizadas na Casa de Repouso São João, viu-se obrigada a devolver 90.000€ à Autoridade Tributária, pouca coisa para uma Instituição de Solidariedade Social que assim se viu privada de uma importante verba financeira, podemos dizer que devido às múltiplas alterações a esta ARU.

Não sei porque é que há tanto vagar, porque estas coisas acontecem, mas é legítimo, creio eu, afirmar, que estamos há demasiado tempo a perder tempo e que, se assim não fosse, talvez, por exemplo, a Câmara tivesse desenvolvido capacidade financeira para intervir numa das maiores nódoas do nosso património municipal e que está inserido nesta ARU, que já foi aqui mencionado pelo deputado Nuno Cruz, o nosso Mercado Municipal.

Assistimos há dias à consignação de uma obra de 45.000€, quando sabemos que o Mercado precisa de obras de 2 milhões ou 3 milhões, portanto, o momento é oportuno, aliás, essa intervenção já foi anunciada, agora não me recordo, mas já vai quase para um

ano, uma intervenção de 45.000€ também não me parece porque é que tenha que demorar tanto tempo desde o seu anúncio até à sua concretização.

Nada disto é retórica, porque em 2023 o Bloco de Esquerda apresentou uma recomendação nesta Assembleia Municipal, para que a Câmara passasse a olhar para o Mercado como uma prioridade política e um local de investimento urgente, e essa recomendação foi chumbada pelo Movimento P'la Nossa Terra e pelo Partido Socialista. Sim, agora o PS está a olhar para essa prioridade, mas o binóculo está virado ao contrário, porque essa prioridade é muito longe e é muito pequenina e, por isso, seria justo rever as taxas que são cobradas aos vendedores do nosso Mercado, antes que eles acabem por ir todos embora. Se a ARU prevê tantas isenções de taxas, porque não isentar as taxas, pelo menos nesta fase, no Mercado Municipal, creio que em nome dos vendedores seria uma bela opção.

E, já agora, para terminar só mais uma pergunta, onde é que está a ORU? Porque estávamos a falar da aprovação da ORU para esta ARU, onde é que está a ORU que foi adjudicada em julho de 2018 à empresa “O Lugar do Plano” e que está dada como concluída em 2021. Porque na base GOV aparece agora um novo contrato, com as seguintes descrições: Serviços de elaboração ARU - Riachos, expansão da ARU - Rio Almonda, ORU - Rio Almonda e finalização da ARU. Mas, afinal, existe ORU, não existe, é confuso, não sei afinal quantas temos, onde é que ela está, quando é que vai ser aprovada, estamos mais ou menos na mesma.”

André Valentim: “Desta vez, vou me dirigir diretamente ao Sr. Presidente da Assembleia, porque este repto já foi lançado por demasiadas vezes ao Executivo e até ao momento não foi atendido, e espero com o seu poder e a posição que ocupa, que solicite formalmente ao Executivo os relatórios destas Áreas de Reabilitação Urbana, que há tantos anos já deviam ter vindo a esta casa. A última justificação foi que os técnicos estavam de volta do PDM, que não podiam fazer os Relatórios de Execução das Áreas de Reabilitação Urbana.

Apelo a que nas duas Áreas de Reabilitação Urbanas que estão delimitadas que, efetivamente, possamos ter acesso a esses relatórios, é obrigação legal esses relatórios serem apresentados à Assembleia Municipal e, como tal, gostaríamos que finalmente esses relatórios pudessem vir à discussão, para sabermos também o que é que está a correr

bem, o que é que está a correr mal e, eventualmente, porque é que estamos a alterar as delimitações.

Relativamente à delimitação da Área de Reabilitação Urbana, até imagino, porque não foi feita qualquer apresentação e acho que, neste caso, até deveria ter sido feito previamente, mas é o que está, um dos parágrafos que temos na Informação Interna que acompanha isto, a proposta de delimitação do perímetro da nova ARU, de forma a serem coincidentes com os da malha urbanizável da cidade, ou seja, estamos a estender uma delimitação de uma área de reabilitação urbana àquilo que, se calhar, já não se chama assim, mas terrenos vazios e, toda a gente sabe, que mais facilmente construímos na malha urbanizável ou num terreno vazio, do que propriamente reabilitar.

Portanto, no nosso entender, há aqui um bocadinho de subversão do que estes documentos servem, mas compreendemos porque há todo um manancial de financiamentos que são aplicáveis a Áreas de Reabilitação Urbana. Como tal, iremos votar favoravelmente a delimitação, mas chamamos a atenção que a fundamentação, e não encontro aqui muitas mais, que é de estender à malha urbanizável da cidade, peca um bocadinho por escassa, mas é compreensível.

À semelhança de outros regulamentos que já vieram aqui ou de outros documentos, acho que seria importante retirar da revisão a legislação que já não está em vigor, há aqui um parágrafo ou um índice que fala de um decreto lei 53/2014 que já foi revogado, já não tem sentido constar neste documento e, como tal, acho que, pelo menos, retirar aquilo que já não está em vigor, seria de bom tom.

Depois, ouvimos aqui, que há mais uma proposta de delimitação a ser estudada, continuamos com municípios do centro da cidade que têm acesso a todo este conjunto de benefícios, e agora, da área urbanizável da cidade e no centro das nossas aldeias, dos nossos núcleos mais rurais, temos agora o Riachos, que vamos ter uma área de delimitação urbana, mas, pergunto se as demais sedes de freguesia não teriam também direito a ter benefícios de IMI, IMT, reduções de taxas? Porque, está aqui algures dito, que se for construir um prédio de cinco andares na Silvã posso ter isenção de taxas, se isto é justo, quando vou para a minha aldeia e quero reabilitar, se não tenho direito a isto e alguém que vai construir cinco andares com dez apartamentos, e sou a favor da iniciativa privada e do lucro, mas é um bocadinho injusto.

Portanto, deixo aqui o desafio que já foi feito por diversas vezes, estendamos pelo menos já nem falo das ORU, que toda a gente tem medo de desenvolver uma ORU, não sei

porquê, mas pelo menos a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana aos núcleos das nossas sedes de freguesia. Seria de todo um sinal de justiça para todos aqueles que não habitam no centro da cidade e que preferem investir na recuperação das casas dos seus avós, dos seus pais e, muitas vezes, isto não é tido em conta.”

Presidente da Câmara: “Antes de mais, tenho que agradecer ao Rui Alves Vieira, a primeira explicação/introdução que fez, porque acabou por me ajudar e não vou repetir o que ele disse porque é mesmo assim, a forma como ele desenvolveu a apresentação. Agora nós, estamos perante o alargamento das ARU, cada vez é mais importante e se tiver razão de ser e, neste caso, pelo que vi, todos concluímos que tem razão de ser, a questão de aumentar o perímetro urbano da cidade, a possibilidade de construção, onde for possível construir, como é óbvio, a zona do Cimo de Vila, etc. Toda a ARU - Rio Almonda, porque vai ter implicações, como todos disseram, na redução de taxas, na redução de IMT e é cada vez mais uma exigência em termos de candidaturas a fundos comunitários.

Estamos perante uma proposta que aceleramos nesta altura, embora a ORU estar atrasada está segunda o que é por junto dos serviços está em fase de conclusão, portanto, na fase final do triénio, mas será importantíssima em termos de fundos comunitários, que tem a ver, sem entrar em muita profundidade, com a rapidez que é necessária ao estado português, em relação ao Programa 20/30 e ainda se poder aproveitar e evitar a devolução de verbas.

Portanto, ainda haverá possibilidade de verbas para obras, que em termos de serviço público, em termos de promovidos pela Câmara, se possam também inserir no alargamento desta malha urbana.

Não sei se o Vice-Presidente quer acrescentar alguma coisa, não sou especialista na parte do Urbanismo, mas o que senti realmente nesta alteração proposta e que passou também por unanimidade na Câmara, porque são fatores que acabam por beneficiar, embora com alguma questão de atrasos ou não atrasos, mas tarde é o que nunca vem quando é no bom sentido.”

Vice-Presidente: Só duas notas rápidas. Nós temos uma ARU, que é a ARU - Centro Histórico, está totalmente concluída com ARU e ORU, foi um processo totalmente

dirigido no âmbito do Departamento de Urbanismo. A ARU - Rio Almonda está a ser dirigida pelo Departamento de Obras, não tem passado pela parte do Urbanismo.

Estes alargamentos sucessivos têm a ver muitas vezes com fundos comunitários, com a necessidade também de captação de fundos comunitários, por esse motivo também tem estado em mutação constante, vou lhe chamar assim, mas esta é agora uma versão final e de seguida, obviamente, torna-se necessário avançar com a Operação de Reabilitação Urbana. São serviços contratados, não conheço os contratos com pormenor, portanto, não vou falar aqui sobre isso.

Mais duas notas relativamente àquilo que disse o engenheiro André Valentin. Há que tomar atenção a uma coisa, que é a questão das isenções de taxas ou reduções de taxas. As reduções de taxas podem-se fazer em sede de Regulamento Municipal de Urbanização, RMUE, aproveito para responder ao Nuno Cruz quando disse que fica para quem vier a seguir, obviamente, fica para quem vier a seguir, é sempre para quem vier a seguir. Como não sou candidato, não é para mim de certeza. O RMUE também carece de revisão, e obviamente, que estava até já a mexer no RMUE, ficou suspenso, porque acho que deve ser visto por quem vier a dirigir o município, pode querer fazer mais ou menos reduções de taxas e, portanto, aplica-se precisamente aquilo que o André Valentin referiu aqui e muito bem. O nosso RMUE já contempla muitas reduções de taxas para quem é jovem, por exemplo, 25% dedução de taxas para jovens, para as empresas também 25% de empresas que se estão a instalar, a chegar ao concelho de Torres Novas e que estão também a renovar, para a reabilitação urbana. Fora do centro histórico também temos redução de taxas, temos já um conjunto de reduções de taxas de urbanização, agora, pode-se incrementar mais outras taxas. Quero dizer, sem uma ARU a apanhar o concelho todo, porque a certa altura tínhamos a ARU do concelho todo de Torres Novas, sem termos uma ARU apanhar o concelho todo, podemos ter no regulamento situações que promovam e que valorizem a reabilitação. Efetivamente, o RMUE promove e valoriza a reabilitação, está previsto lá reduções de taxas para quem reabilitar, precisamente no sentido de valorizar a reabilitação, pode ser incrementada em mais, se calhar, tem quarenta, pode-se passar para cinquenta ou para sessenta ou para 100% de redução, são decisões políticas a ser tomadas no seu devido tempo.

Uma coisa importante, acabei de enviar agora as respostas sobre as ARU para o Tiago Ferreira, não tinha o e-mail, depois faço chegar, relativamente ao estado de situação da ORU - Centro Histórico, o relatório da ORU - Centro Histórico.”

Presidente da Mesa: “Segundo percebi, a solicitação que foi feita pelo André Valentim, está resolvida agora, foi enviada? Até sugeria, não tem que ser agora, depois, que enviasse para o e-mail da Assembleia e depois nós encaminhamos para todos os membros.”

André Valentim: “Em termos de tramitação, presumo que primeiro deva ser informado todo o executivo, não sei como é em termos de organização, mas deve haver uma avaliação pelo executivo municipal e, depois, então ser submetido para nós apreciarmos, acho que nem é sujeito à aprovação.”

Vice-Presidente: “Não, foi com o Tiago Ferreira, eu não tinha o e-mail do Eng.^º Valentim, enviei para ele para ele enviar para si, foi só nesse sentido, não foi um privilégio relativamente a outros vereadores.”

Presidente da Mesa: “Em bom rigor, nem é de uma maneira nem é de outra, foi solicitado pelo André Valentim, do PSD, à Câmara, que pediu ajuda, salvo seja, pediu a interferência do Presidente da Mesa, para diligenciar no sentido de um determinado documento chegar à Assembleia, foi isso, era isso que iria fazer em momento oportuno. Fui agora informado pelo Sr. Vice-Presidente que terá sido enviado para o vereador do PSD. Vou pedir e está pedido, que seja enviado para mim na qualidade de Presidente da Mesa e como faço sempre, reenvio para todos os membros da Assembleia, toda a gente fica informada.”

André Valentim: “Não tenho aqui o Decreto Lei, ou Portaria, já nem sei muito bem o que é que regulamenta esta matéria, mas o documento em si tem que ser introduzido, no meu entender, numa ordem de trabalhos, para depois nós avaliarmos o documento aqui na Assembleia enquanto órgão, não é individual. O pedido que tenho feito ao longo deste tempo deriva de uma obrigação legal do executivo apresentar à Assembleia Municipal o documento para apreciação. Está lá que, passados quatro anos, cinco anos, o executivo deve enviar à Assembleia Municipal o Relatório das Áreas de Realização para apreciação, não quero ter aqui nenhum privilégio especial, obviamente, quero saber o que é que está, mas o documento é enviado à Assembleia Municipal para apreciação, penso que é mais ou menos isso que está.”

Presidente da Mesa: “Já percebi, ainda bem que as sessões são gravadas, que é para não haver dúvida, portanto, o André Valentim há pouco não se explicou bem, o que disse agora não foi o que disse há pouco, fiquei sem perceber. Para que não haja dúvidas, sugiro-lhe que me mande um e-mail ou, neste caso, sugiro que mande um e-mail ao executivo a pedir isso mesmo, para que não haja dúvidas e fundamentando também a Lei, para depois poder dar andamento ao assunto, para não haver dúvidas.”

André Valentim: “Peço desculpa novamente, não especifiquei porque efetivamente já toda a gente deve estar cansada de me ouvir falar dos relatórios. Quanto à ARU, há três, quatro Assembleias atrás, trouxe o Decreto Lei, penso que até deixei ao Sr. Presidente, numa das últimas atas, não sei qual, li integralmente aqui o Decreto Lei.

É um pedido que tenho feito, desta vez não trouxe a descrição exata do que diz o articulado, mas em outras Assembleias fiz questão de trazer a cópia do Decreto Lei e ler aqui, que é dever do executivo apresentar nesta Assembleia. Hoje, peço desculpa, não o fiz corretamente, mas está transcrito em outras oportunidades.”

Presidente da Mesa: “Peço para colocar por escrito ao executivo com conhecimento, eventualmente, a mim para depois poder responder.

Hoje, é a primeira vez que me está a pedir ajuda nesse aspecto e, portanto, cá estarei para auxiliar no que for possível. Mas ponha por escrito, para que não haja dúvidas porque o teor da sua intervenção inicial não tinha percebido.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana – ARU Torres Novas - Rio Almonda. -----

3 - PRIMEIRA CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES NOVAS, PARA CONHECIMENTO

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 04.06.2025 (Anexo 2).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Mesa: “Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara ou ao Sr. Vice-Presidente, para explicarem à Assembleia porque é que este ponto não vai a votação, é para conhecimento, foi assim que foi pedido para este ponto ser agendado.”

Vice-Presidente: “Esta questão, os técnicos dão-nos esta informação, foi a deliberação de Câmara e vai enviado para conhecimento, foi assim que fui informado. Não fui à procura de legislação, não fui consultar, confio obviamente nos técnicos que me disseram que o procedimento era este, e foi assim.

Posso dar aqui uma nota sobre o assunto em si, isto tem a ver com o que acontecem no nosso PDM muito antigo, as plantas nem todas estão em conformidade umas com as outras, há plantas que são divergentes, há que ver quais são as plantas que se sobrepõem e criar um desenho, uma leitura única, no fundo esta correção material tem a ver com isso, é uma correção de desenhos do PDF.”

Presidente da Câmara: “Só para complementar, pelo menos, entendo assim porque é que é para conhecimento, aliás, faz parte da documentação que têm convosco, comunicar à Assembleia Municipal para conhecimento e de seguida, esta é a parte mais importante, encaminhar para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale de Tejo, para depois haver publicação no Diário da República, portanto, quem acaba por ter agora uma palavra, diria crucial, no meio disto tudo a seguir é a CCDR LVT.”

Rui Alves Vieira: “O entendimento é que estamos aqui perante um erro que se arrasta no tempo há vinte e cinco anos, e aquilo que na minha perspetiva se impõe perguntar é se ao longo destes anos todos terá havido licenciamentos que foram baseados em pressupostos errados? Porque o erro surge agora, anteriormente, se calhar, já houve erro e pressupostos errados e de que maneira é que estas desconformidades poderiam eventualmente afetar a legalidade dos atos? E, depois, perceber se esta desconformidade tem ou não tem qualquer consequência em processos em curso.

Nós não tínhamos as plantas, como é óbvio, não deu para fazer uma análise muito profunda e depois, no meio disto tudo, há muita coisa que fica por saber.

Este problema foi levantado por uma empresa Martins & Martins, creio que é a empresa de pirotecnia que está instalada no bairro de São Domingos, e é preciso perguntar porquê, o que é que a empresa quer, porque é que ela descobriu este erro, o que é que está aqui,

de facto, em causa em relação a esta empresa? Eram essas questões que gostaria de deixar à Mesa.”

Vice-Presidente: “Uma nota breve sobre erros do PDM. Nós temos um PDM numa escala de 1/ 50.000 e, portanto, quando fazem um risco com uma caneta, lá tem cinquenta metros, um risco de caneta dá para fazer uma casa, erros há-de haver ao longo destes vinte e sete anos que já tem o PDM.

É natural que possa haver coisas menos bem e por isso é necessário termos um PDM novo, um PDM vetorial em que estes erros não ocorram porque, efetivamente, isto que estou a dizer é factual. Um traço no PDM, as linhas que definem o que é urbano, o que é rústico, o que é rural, cinquenta metros exagerei, mas penso que normalmente tem cerca de trinta metros, mesmo trinta metro dá para fazer uma casa em cima do risco.

Há aqui questões num PDM antigo, questões de pormenor, provavelmente, poderá existir uma falha ou outra, não estou a dizer que há ou que não há, mas poderá haver questões do pormenor e do rigor do PDM, é uma questão de sobreposição.

Esta empresa, exigiram-lhe que fizesse já não sei o que é, questões técnicas e não me ponho a pronunciar sobre questões técnicas das empresas, havia ali uma divergência e foi necessário analisar, verificaram isso e os serviços entenderam que era assim, é isso que está. A CCDR há-de dizer no final se está bem ou se está mal, a Câmara deliberou baseado na informação dos serviços e concordamos com aquilo que os serviços informaram. A Assembleia é para conhecimento, porque é a informação que temos, mas o veredito final há-de ser dado pela CCDR, só vai para publicação se a CCDR der o aval final, se não der o aval final ele não chega a lado nenhum.” -----

4 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL (AAE) DA COVA DO MINHOTO

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 18.06.2025 (Anexo 4).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “Esta proposta de regulamento, foi aprovada na Assembleia Municipal de 17/02/2025 e teve o voto, nessa altura, de abstenção do Bloco de Esquerda.

É quase caso para dizer, ainda bem porque nestes quatro meses depois, descobrem-se, é necessário fazer trinta e sete alterações/correções ao regulamento.

Como é que se explica isso, tanta gente a trabalhar sobre o documento e trinta e sete alterações, será razoável tantas alterações que são descobertas ao fim de quatro meses?

Acho que isso revela alguma ligeireza na elaboração do documento, é a minha análise pessoal e, portanto, como todos os pressupostos que nos levaram à abstenção no documento inicial se mantêm, nós iremos-nos abster nesta votação.”

André Valentim: “Acho que não é surpresa ou não devia ser surpresa para ninguém, porque esteve em discussão pública este documento, este regulamento, através do Edital 1415/2024, o PSD, a concelhia do PSD pronunciou-se à data sobre a proposta do Regulamento. E, sou sincero, não contabilizei o número de alterações, mas a maior parte das alterações ou grande parte das alterações que estão a ser votadas hoje, depois de serem votadas há quatro meses, e nós já nessa altura temos alertado para as incongruências do documento e terem dito que, pronto, foi votado nesta condição, e estamos aqui hoje a alterar. O tempo é aquilo que é cada vez mais precioso e estamos aqui a votar algo que no âmbito da discussão pública, e esperemos que não aconteça a mesma coisa com outros instrumentos de ordenamento e de gestão do território, muitas destas propostas estavam neste documento, nomeadamente, uma coisa que podemos banalizar aqui, se devemos chamar zona industrial de Riachos ou área de acolhimento empresarial, acho que há aqui umas dez ou quinze alterações sobre isto.

Estamos a perder tempo com isto e acho que ainda bem que fizeram as alterações, é uma valia porque muitos dos erros que lá estavam foram corrigidos agora, e aquilo que para além das correções quase de semântica, permitam-me dizer assim, continuamos a achar que não devem ser implementadas empresas do tipo 1, na versão anterior estava a, b, c e d, se não me engano, que já não existe, e agora restringimos à implantação numa zona industrial uma empresa do tipo 1. O que pode ser, por exemplo, uma empresa de tipo 1, uma fábrica de rações para animais não pode ser instalada numa zona industrial, mas com a proposta de revisão do PDM pode ser implantada em quase todo o território, porque o PDM assim o diz.

Acho que verter para este regulamento, dizer que as empresas de tipo 1 não podem ser implantadas numa zona industrial, que é o espaço ideal de excelência para implantarmos uma indústria tipo 1, 2 ou 3, acho que se mantém esta questão. Julgo que seria de alterar porque, para além destas questões, da empresa de rações, há também empresas de transformação de matéria de origem animal não transformada, não sei se enquadra aqui um matadouro ou não, mas se há sítio para existir um matadouro é numa zona industrial. Outra questão aqui, Operações de Gestão de Resíduos, que careça de vistoria prévia, não sei qual é a operação em si ou qual é o âmbito, mas vamos permitir empresas de gestão de resíduos, mais uma vez à semelhança daquilo que disse relativamente à fábrica de rações para animais, em quase todo o território, mas na zona industrial não pode ser. Provavelmente haveremos de estar a discutir, mais dia, menos dia esta alteração, porque acho que não faz sentido estarmos a dizer que um espaço industrial não é para empresas industriais de uma determinada categoria.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções (BE) e vinte e sete votos favoráveis dos restantes membros, aprovar a alteração ao Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial (AAE) da Cova do Minhoto. -----

**5 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO
URBANÍSTICA, REQUERIDA PELA ASSOCIAÇÃO DE
MELHORAMENTOS DE RESGAIS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 04.06.2025 (Anexo 4).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Mafalda Batista: “A 9 de setembro de 2022, vários deputados desta Assembleia Municipal, abordamos a problemática dos constantes pedidos de isenção de taxas nesta Assembleia Municipal e da necessidade da revisão ao atual Regulamento de Taxas. A resposta que tivemos e passo a citar, foi: "eu concordo absolutamente convosco, já muitas vezes se falou nisto, até em mandatos anteriores. Se a lei realmente, e tudo indica

que a lei permite, pôr de uma forma mais simples e resolver a situação, eu também concordo, com todos os que se pronunciaram em relação a acrescentarmos às ordens de trabalho as isenções, parece até um pouco ridículo, eu penalizo-me de ainda não ter resolvido essa situação”, estou a citar, Sr. Presidente.

A 27 de junho de 2024, levantamos uma questão relativa à isenção de taxas e a resposta que tivemos foi a seguinte, que se tratava de um assunto complexo e que seríamos esclarecidos na próxima Assembleia Municipal. E essa Assembleia ocorreu a 24 de julho de 2024, o assunto das taxas voltou a ser abordado, por outro colega, a propósito do Regulamento do Almonda Parque e a resposta que todos nós tivemos foi a seguinte, e passo a citar outra vez o Sr. Presidente: “Sobre o alerta do Regulamento das Taxas, em termos de trabalho e de pesquisa não são comparáveis com o do Parque. O das Taxas, certamente, compreenderão, que tem uma minúcia de taxas, são centenas. Eu não desculpo os 10 anos, não me desculpo a mim próprio do que poderia ter feito, mas está concluído o trabalho pelos Serviços, está numa fase de análise pelos políticos, da componente do executivo camarário. Portanto, dentro de muito pouco tempo, numa próxima Assembleia virá para ser resolvido.”

Nós começamos a falar das taxas em setembro de 2022, voltamos a falar das taxas em junho e em julho de 2024, estamos a trinta de junho de 2025 e o Regulamento de Taxas que estava pronto para vir a esta Assembleia ou quase pronto, ainda não apareceu na Ordem de Trabalhos. Será que ainda vamos ter o Regulamento de Taxas aprovado neste mandato?”

Presidente da Câmara: “Sob o risco de aproveitar as minhas palavras no futuro, têm que aguardar e, com muita paciência, ajudar a isenção das taxas que são necessárias.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas devidas no âmbito de operação urbanística – Processo nº 06/2012/1056/0, requerida pela Associação de Melhoramentos de Resgais. -----

**6 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÃO
URBANÍSTICA, REQUERIDA PELA MAKERS UNIT CLUB - M.U.C.**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 04.06.2025 (Anexo 5).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “Não temos nada a opor neste ponto, parece-nos aliás, uma associação que tem propostas interessantes, mas o protocolo prevê uma série de obrigações e, por isso, gostaríamos de entender um pouco qual é o grau de cumprimento desse protocolo e, nomeadamente, no seu ponto um, onde se prevê a entrega de cronograma de atividades e relatórios anuais. Acho que seria interessante todos nós conhecermos um pouco melhor as atividades previstas por esta associação, até pela sua originalidade, por assim dizer.”

Presidente da Câmara: “O Rui Alves Vieira disse que gostaria de saber o tipo de atividades, sobre o cronograma de trabalho não posso responder sobre isso, os princípios obviamente que sei, agora o desenvolvimento da atividade não tenho. Posso fazer chegar da parte dos Serviços, enviar também para o Sr. Presidente, isso faço, não tenho aqui agora dados sobre isso de uma forma mais transparente.”

Presidente da Mesa: “O Sr. Presidente envia para a Mesa, que depois redistribui para todos os membros da Assembleia.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção (CDU) e vinte e oito votos favoráveis dos restantes membros, aprovar a isenção de pagamento de taxas devidas no âmbito de operação urbanística – Processo nº 17/2024/659/0, requerida pela Makers Unit Club – M.U.C. -----

**7 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO
DA ALCAIDARIA DO CASTELO, REQUERIDA PELA UNIÃO
DESPORTIVA E RECREATIVA DA ZONA ALTA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 21.05.2025 (Anexo 6).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de taxas devidas pela utilização da Alcaidaria do Castelo, requerida pela União desportiva e Recreativa da Zona Alta.-

**8 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE
EVENTOS, REQUERIDA PELO RANCHO FOLCLÓRICO
ETNOGRÁFICO DO CASAL SENTISTA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 12.03.2025 (Anexo 7).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, requerida pelo Rancho Folclórico Etnográfico do Casal Sentista. -----

**9 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A
ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foram distribuídas a todos os membros a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade desta, a informação da situação financeira do Município e a relação dos processos judiciais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta os pontos 1. a 8. da ordem de trabalhos. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas vinte quatro horas, da qual se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Sr. Presidente da Mesa, José Manuel Paulo Trincão Marques:

1^a Secretária, Maria da Luz Marques Lopes:

2^a Secretária, Maria do Rosário Marques Luís:

